quitação.

2) Que sejam retificados, no sistema de dados e na autuação desta Corte de Contas, as informações relativas ao processo em questão, fazendo constar o presente feito como Prestação de Contas.

ACÓRDÃO N.º 57.017

(Processo n.º 2013/51714-0)

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio BANPARÁ n.º 017/2008

Responsável/Interessado(a): ILMA CRISTINA BITTENCOURT RODRIGUES e o CENTRO DE ESTUDOS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea "a", c/c os arts. 62, 82, parágrafo único, e 83, inciso VIII, da Lei Complementar n.º 81, de 26 de abril de 2012:

- Julgar irregulares as contas e condenar solidariamente a Sra. ILMA CRISTINA BITTENCOURT RODRIGUES, coordenadora geral à época, CPF n.º 333.119.432-87, e o CENTRO DE ESTUDOS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR, CNPJ n.º 04.711.354/0001-03, à devolução aos cofres do Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ da quantia de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), atualizada a partir de 15/12/2008 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento;

- Aplicar à Sra. ILMA CRISTINA BITTENCOURT RODRIGUES, as multas de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), pelo débito apontado, e R\$ 907,00 (novecentos e sete reais), pelo não encaminhamento das contas no prazo regimental.

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para o recolhimento das multas o disposto na Lei Estadual n.º 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE n.º 17.492/2008.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e das cominações de multas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

Protocolo: 236821

MINISTÉRIO PÚBLICO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados, o resultado da Fase de Classificação e Julgamento das Propostas Financeiras e Habilitação do Pregão Eletrônico n.º. 034/2017-MP/PA, empreitada por preço global por lote, do tipo menor preço, que tem como objeto o Registro de Preços para Aquisição de consumo, para atender as necessidades do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

- À vista da habilitação, foram declaradas vencedoras as empresas com os seguintes valores:

00.583.948/0001-17 - ETIBRAS BJK INDÚSTRIA DE ETIQUETAS E SUPRIMENTOS LTDA - Valor Total Estimado de R\$ 35.700,00

Item 107 - Valor Global de R\$ 35.700,00;

02.567.637/0001-90 - APOLLO COMERCIAL LTDA - EPP - Valor Total Estimado de R\$ 22.670,00

Grupo 3 – Valor Global de R\$ 19.240,00;

Grupo 4 – Valor Global de R\$ 3.430,00;

15.078.596/0001-10 - P. L. FADEL INFORMATICA - ME - Valor Total Estimado de R\$ 255.635,00

Grupo 1 – Valor Global de R\$ 145.355,00;

Grupo 2 – Valor Global de R\$ 17.230,00;

Item 97 – Valor Global de R\$ 8.600,00;

Item 98 – Valor Global de R\$ 8.600,00;

Item 99 – Valor Global de R\$ 9.600,00

Item 100 – Valor Global de R\$ 7.600,00

Item 101 – Valor Global de R\$ 9.000,00

Item 102 – Valor Global de R\$ 12.700,00

Item 103 – Valor Global de R\$ 25.400,00

Item 104 – Valor Global de R\$ 11.550,00

16.640.717/0001-38 - D' COLAR GRAFICA E ETIQUETAS LTDA - ME - Valor Total Estimado de R\$ 13.280,00

Item 108 - Valor Global de R\$ 13.280,00;

20.274.219/0001-96 - ARGUS DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRONICOS E - Valor Total Estimado de R\$ 28.080,00

Item 105 - Valor Global de R\$ 13.920,00;

Item 106 - Valor Global de R\$ 14.160,00;

Valor Global do Certame R\$ 355.365,00.

Belém (PA), 13 de outubro de 2017.

Rubens Fernandes Rocha

Pregoeiro

Protocolo: 237132

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA N.º 6830/2017-MP/PGJ

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO, usando de suas atribuições que lhe foram delegadas através da PORTARIA N.º 074/2015-MP/PGJ.

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor ALESSANDRO DOS REIS RIBEIRO, AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO, Matrícula n.º 999.858, lotado na Promotoria de Justiça de Curionópolis, a importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para ocorrer com despesas de Pronto Pagamento, com período de aplicação de 05/10/2017 a 04/12/2017, conforme abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO

12101.03.122.1434.8330-Desenvolvimento das atividades dos Procuradores e Promotores de Justiça.

FONTE DE RECURSOS 0101000000

NATUREZA DA DESPESA

3390-30 Material de Consumo R\$ 600,00

3390-36 O.S. Terceiros - P.Física R\$ 1.000,00

3390-39 O.S. Terceiros - P.Jurídica R\$ 400,00

OBS: A prestação de contas deverá ser apresentada em 10 dias, subsequentes, após o término do período de aplicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO FINANCEIRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, Belém, 13 de outubro de 2017

MÁRCIO ROBERTO SILVA MENEZES-Diretor do Departamento Financeiro

Protocolo: 237227

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DA PORTARIA N.º 139/2017-MP/PJCCOT

PORTARIA n.º 139/2017-MP/PJCCOT. A PJCCOT determina a instauração de Procedimento Administrativo para acompanhamento do Processo Administrativo Tributário oriundo do Ainf. n.º 042015510003157-6 lavrado contra., MCM.C.E.M.L. até seu encerramento e o lançamento definitivo do tributo e dos acessórios correlatos, sem nenhum caráter persecutório ou de investigação criminal.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, AUTUE-SE.

Belém, 01 de setembro de 2017.

FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID

1º Promotor de Justiça de Crimes contra a Ordem Tributária

Protocolo: 237304

ATO N.º 304/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do Ofício n.º 460/2017-MP/PA, datado de 4/10/2017, protocolizado sob o n.º 40839/2017, em 4/10/2017, RESOLVE:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, para exercer o cargo de Assessor de Promotoria de Justiça de Primeira Entrância:

REGIÃO TOCANTINS

JÚLIA GUIMARÃES DE ALMEIDA
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Belém, 13 de outubro de 2017.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 306/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994, THYAGO DA COSTA FEIO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor do Corregedor-Geral, MP.CPCP-102.5.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 13 de outubro de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 307/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:

NOMEAR, de acordo com o art. 183 da Constituição do Estado do Pará, c/c os arts. 6º, inciso II, e 7º da Lei Estadual n.º 5.810, de 24.01.1994, ROSANA MARIA VASCONCELOS BOUTH CHAMIE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico Especializado, MP.CPCP-102.4.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 13 de outubro de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 308/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob o n.º 41828/2017, em 13/10/2017,
R E S O L V E:

EXONERAR, de acordo com o art. 60, inciso II, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/01/1994, THYAGO DA COSTA FEIO do cargo de provimento em comissão de Assessor Técnico Especializado, MP.CPCP-102-4, nomeado por meio do Ato n.º 128/2016, datado de 30/08/2016, publicado no D.O.E. de 01/09/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Belém, 13 de outubro de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

ATO N.º 309/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando os termos do expediente protocolizado sob o n.º 41829/2017, em 13/10/2017,